

Co-seguro e Resseguro – panorama.

Ilan Goldberg

Co-seguro e resseguro tratam-se de meios utilizados pelas Cias. Seguradoras para pulverizarem os riscos às quais estejam vinculadas. Noutras palavras, não dispondo as Cias. de reserva técnica suficiente para garantir os riscos para os quais pretendam oferecer cobertura, estas irão se utilizar de resseguros e co-seguros com o escopo de alcançarem as reservas necessárias.

Têm-se que tanto o co-seguro quanto o resseguro prestam-se para distribuir riscos, qualificando-se como seguros de ordem múltipla.

Para ambos, há previsão no Decreto-Lei nº. 73/66 de participação do IRB – Brasil Resseguros S.A. , sendo certo que, em havendo riscos vultosos, emergirá a necessidade de utilização destes instrumentos.

Ainda com relação às semelhanças, nota-se que o CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados - tem atuação sobre as regras que giram em torno destes institutos.

O resseguro tem no IRB – Brasil Resseguros S.A. o que se pode denominar de agente regulador em matéria de contratação de resseguros, que para abalizada Doutrina, é reconhecido como o “seguro do segurador”.

No que toca ao co-seguro, o papel do IRB é diferente, já que somente à hipótese de haver descumprimento de normas editadas pelo CNSP é que ocorrerá a sua atuação, em caráter sancionador, exclusivamente.

Quanto à relação do segurado com o ente segurador, têm-se que em matéria de resseguro desenvolvem-se duas relações jurídicas absolutamente distintas entre segurado X segurador e segurador X ressegurador. Caso sejam descumpridas obrigações

assumidas pelo ressegurador, não haverá com alicerce nisto qualquer fomento legal à exoneração de cota parte de obrigação assumida pelo segurador. A título exemplificativo, se pelo segurador foi distribuído risco à ordem de 30% (trinta por cento) da importância segurada, com tramitação pelo IRB e contratação de resseguro até mesmo no exterior, caso sejam descumpridas as obrigações assumidas pela empresa estrangeira no que toca aos referidos (30%) trinta por cento, isto não importará em exoneração de obrigação por parte do segurador. Suas obrigações perante o segurado permanecerão inalteradas.

Caso o segurado tenha interesse em ajuizar ação judicial relacionada ao contrato de seguro, jamais poderá movê-la diretamente em face do ressegurador, por inexistir relação jurídica no plano de direito material que possibilite esta medida. À hipótese desta ser tomada, entende-se que preliminar de carência de ação que venha a ser argüida pelo ressegurador deverá ser acolhida, extinguindo-se o feito em questão sem exame meritório.

No que toca ao co-seguro, sua constituição se apresenta de forma distinta. Constatada a necessidade de pulverizar-se o risco, forma-se uma estrutura constituída por Cias. Seguradoras alinhadas, que, proporcionalmente, cuidarão de dividir o prêmio cujo pagamento será efetuado pelo segurado contratante, e, conseqüentemente, a responsabilidade pela importância segurada corresponde à cota de prêmio auferida por cada Cia.

Em sede de co-seguro, costuma-se destacar a figura de uma seguradora líder, cujo papel consiste em tratar diretamente com o segurado a respeito das condições gerais que envolvem o co-seguro planejado, até mesmo representando os interesses das demais seguradoras envolvidas.

Quanto à relação que se opera entre as Cias. que celebram o contrato de co-seguro, doutrina e jurisprudência pátrias comungam do entendimento no que sentido de que entre estas não se desenvolve relação de solidariedade, por absoluta falta de previsão legal.

Neste exato sentido, leiam-se os julgados abaixo, o primeiro, proveniente do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o segundo, do Supremo Tribunal Federal:

“Seguro. Invalidez parcial. Pagamento da indenização. Co-seguro. Percentual para cálculo da indenização.

A seguradora apenas está obrigada a pagar até o limite a que realmente se obrigou por contrato. Se houve co-seguro, sendo que não há solidariedade entre as seguradoras, a ré apenas é obrigada a adimplir o percentual que lhe cabe, conforme os termos do contrato firmado com a estipulante. Esse é o cálculo que deve ser adotado quando do pagamento da indenização, tendo em conta, também, o grau de invalidez (perda da função da mão direita). Apelo improvido.”

- Ap. Cível 70003682630, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Marco Aurélio dos Santos Caminha, julgado em 05.09.2.002.

“Co-seguro. Inexistência de solidariedade entre as co-seguradoras. Acionada isoladamente, a seguradora líder não responde senão pela sua cota na cobertura dos riscos totais”

- RE n. 78.689 – SP, Rel. Min. Xavier de Albuquerque, 2ª Turma, em 27.5.75, DJ de 24.6.75, pág. 5.129.

Convém apontar, no entanto, posicionamento diverso, segundo o qual poderá emergir obrigação indenizatória com características diferentes por parte da Cia. Seguradora líder. Cogitando-se, por exemplo, de hipótese através da qual a líder escolheu as demais seguradoras que irão integrar o grupo co-segurador, e uma destas acabou por ser liquidada (“falência” do segurador – arts. 94 e seguintes do Dec. Lei 73/66), esta poderá ser responsabilizada pela cota-parte atribuível à Cia. em apuros, em virtude da prática de conduta culposa – má eleição de Seguradora integrante do grupo co-segurador.

Finalizando, pondera-se que em matéria de co-seguro, o segurado irá figurar como o centro de tantas quantas forem as relações jurídicas que venham a ser desenvolvidas (co-seguradoras que venham a participar da relação negocial). Já no que se refere ao resseguro, consoante afirmado, as relações que venham a ser desenvolvidas pelo segurador, visando distribuir o risco assumido, não tem qualquer atuação ou ingerência na relação firmada com o segurado, que deverá permanecer intocada.